



GT 037. Etnografias sobre a financeirização do agronegócio no Brasil: efeitos, disputas e comparações

Anna Catarina Morawska Vianna (UFSCar) - Coordenador/a,
Luciana Schleder Almeida (UNILAB) - Coordenador/a

Este grupo de trabalho tem como intuito propor um debate sobre a financeirização do agronegócio no Brasil por meio de etnografias que explorem a imbricação de elementos técnicos e morais que marcam a chamada "sociedade do agronegócio" (Heredia, Palmeira, Leite 2010). São bem vindas reflexões baseadas em trabalho etnográfico que proponham, por exemplo, comparações entre o agronegócio para exportação e redes de troca de produtos não financeirizados, como o caso de sementes crioulas e produtos agroecológicos; descrições de alianças entre técnicos, grupos de pesquisa e produtores em torno de saberes e tecnologias que visam o aumento da produção e circulação de produtos; estratégias discursivas que esses agentes mobilizam para legitimar a expansão do agronegócio; etnografias sobre leilões e mercados agropecuários que joguem luz sobre nos correntes de economia e mercados; análises sobre as distintas temporalidades implicadas no "dentro" e "fora" da porteira, assim como em mercados físicos e futuros. Pretende-se, deste modo, reunir tanto pesquisadores que têm como foco central questões próprias da antropologia da economia, assim como aqueles que as tangenciam tendo em vista os processos de expropriação e conflito que seus interlocutores de pesquisa vivem enfrentando no meio rural brasileiro.

Do pasto ao contrato: estatística e moralidade no mercado futuro de Boi Gordo

Autoria: Ricardo Luiz Cruz

"Boi gordo" é o nome dado ao gado pronto para o abate (num frigorífico). Trata-se de uma das commodities agrícolas mais negociadas no país. A Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F) - atual BM&FBovespa - passou a comercializar, em 1987, um "contrato futuro" de boi gordo enquanto uma forma de oferecer aos compradores e vendedores desse animal um instrumento de "proteção" contra as oscilações no seu preço. Cada contrato estabelece um acordo de compra e venda de 330 arrobas líquidas - algo em torno de 17 a 20 animais com peso individual variando entre 450 e 550 quilogramas. O preço do contrato é estabelecido durante a sua negociação, com o pagamento sendo realizado no que se convencionou chamar de seu "vencimento". Mas, quando foi criado, o mercado futuro de boi gordo obrigava seus participantes que estavam "posicionados" como "compradores" do contrato a receber os animais e os "vendedores" a entregá-los, caso esses investidores ou "especuladores" não conseguissem se desfazer de seus contratos através da "liquidação por reversão de posição". A possibilidade de uma "liquidação por entrega" passou a ser vista, pela BM&F, como o motivo principal desse mercado não atrair um número satisfatório de participantes. A solução encontrada pela bolsa foi a criação da "liquidação financeira" através do uso de um "indicador" do "preço médio" do boi gordo como referencial para o valor do animal. Esse indicador foi criado por meio de uma parceria entre a BM&F e um centro de pesquisas de uma universidade, responsável pela elaboração desse instrumento estatístico. Esta comunicação procura refletir sobre as imbricações entre a técnica e a moral, na "sociedade do agronegócio", através de uma discussão etnograficamente informada - a respeito das transformações nas formas de liquidação do contrato futuro de boi gordo. Trata-se de entender como os procedimentos estatísticos foram utilizados para representar o preço médio do boi gordo enquanto um "preço justo". O que está em reflexão revela é que essa representação (do preço médio como um preço justo) pressupõem a inserção da estatística enquanto um mediador legítimo das relações no mercado "físico" de boi gordo. Em outras palavras, a construção simbólica e social de uma "neutralidade" na forma de obtenção do preço (médio) do boi gordo se apoia na crença dos agentes do mercado físico de que os valores dos animais podem ser traduzidos numa dada linguagem estatística - daí o controle da dispersão dos preços do animal



realizado com a introdução do indicador. Estatística e moral aparecem como sistemas simbólicos cujas imbricações constituiriam o sentimento de confiança mútua entre os agentes em mercados agrícolas de escala nacional.

[Trabalho completo](#)



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:



Apoio:



Organização:

